

Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
nº 244M3-012-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da administração as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022	14

São Paulo, 14 de maio de 2024.

Solfácil Securitizadora de Crédito do Agronegócio S.A

Temos a Satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Solfácil Securitizadora de Crédito do Agronegócio S.A, elaboradas na forma da legislação societária, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

À Administradora e aos Investidores da Securitizadora
Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Integridade, valorização e alocação dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser a principal atividade da Companhia, além de ser uma área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil da carteira em sua totalidade; **(ii)** recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente **(iii)** validação da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; **(iv)** testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios por amostragem; **(v)** recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Companhia; e **(vi)** análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento e mensuração dos ativos e o respectivo resultado obtido no exercício são razoáveis adequados no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7



SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	886	576	Contas a Pagar	10	95	37
Cédulas de Produto Rural Financeiras	7	6.122	5.249	Tributos a Pagar		2	3
Perda estimada de CPR-F	8	(1.384)	(187)	Fundo de despesa	4	150	150
Impostos à Recuperar	5	65	46	Debêntures	9	5.562	5.036
Total dos ativos circulantes		5.689	5.684	Total dos passivos circulantes		5.809	5.226
						23.406	
Cédulas de Produto Rural Financeiras	7	16.449	20.150	Debêntures	9	17.844	21.480
Outros valores a receber	6	439	438	Resultado atribuído às debêntures	9	(1.077)	(435)
Total dos ativos não circulantes		16.888	20.588	Total dos passivos não circulantes		16.767	21.045
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11.1	1	1
				Total do patrimônio líquido		1	1
Total dos ativos		22.577	26.272	Total dos passivos e patrimônio líquido		22.577	26.272

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Resultado bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Provisão para perdas em CPRF		(1.197)	(187)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	70	188
Resultado operacional líquido		(1.127)	1
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(1.127)	1
Receita Financeira	13	4.766	2.467
Despesa Financeira	13	(3.639)	(2.468)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do exercício		-	-
Lucro líquido básico por ação – R\$		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	<u>1</u>	<u>(247)</u>	<u>1</u>
Resultado atribuído às debêntures	<u>-</u>	<u>247</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2023	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para perdas em CPRF	1.197	187
Despesa de juros	3.627	2.452
Receita de juros	(4.680)	(2.317)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais-		
Outros valores a receber	(1)	(88)
Partes relacionadas	-	88
Impostos a recuperar	(19)	(36)
 (Redução) aumento nos passivos operacionais		
Contas a pagar	58	30
Impostos, taxas e contribuições	(1)	2
Fundo de despesa	-	150
Resultado atribuído às debêntures	(642)	(188)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades operacionais	(461)	280
 Fluxo de caixa das atividades investimento		
Aquisição CPR-Fs	-	(18.979)
Recebimento de CPR-Fs	7.508	2.007
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de investimento	7.508	(16.972)
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes da emissão de Debêntures	-	18.706
Pagamentos de Debêntures	(6.737)	(2.165)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	- 6.737	16.541
 Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	310	(151)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	576	727
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	886	576
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	310	(151)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

**Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Outras receitas	12	70	188
Provisão para perdas em CPRF		(1.197)	-
Valor adicionado bruto		1.127	1
Valor adicionado líquido produzido		(1.127)	1
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13	4.766	2.467
		4.766	2.467
Valor adicionado a distribuir		3.639	2.468
Distribuição do valor adicionado			
Despesas financeiras	13	3.639	2.468
Resultado do exercício		-	-
Valor adicionado distribuído		3.639	2.468

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais

A Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Companhia”), foi constituída em 12 de agosto de 2021 e iniciou suas atividades em 22 de julho de 2021. A Companhia está enquadrada nos requerimentos da Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitados.

A Companhia é uma securitizadora constituída com o propósito de adquirir e securitizar créditos financeiros decorrentes da Cédulas de Produto Rural Financeiras entre a Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. (“Solfácil Energia”) e Produtores Rurais. Após a efetiva colocação, subscrição e integralização das Debêntures, a Companhia adquire as CPR-Fs e como contraprestação a cada endosso das CPR-Fs e dos direitos creditórios delas provenientes, presentes e futuros que atendam aos critérios de elegibilidade, a Companhia paga à Solfácil Energia o Preço de Aquisição. Em garantia do cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas no âmbito das Debêntures, a Companhia se comprometeu a outorgar a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em favor dos titulares das Debêntures e a alienação fiduciária da totalidade de suas ações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras, apresentadas em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros custo amortizado e (b) ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

E, passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (a) passivos financeiros custo amortizado e (b) outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se dá somente quando a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida. A Companhia poderá também realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado como custo amortizado quando seu objetivo ou modelo de negócio seja receber o fluxo financeiro contratual do ativo ou que o contrato especifique o fluxo de recebimento do fluxo financeiro.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Uma perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. O registro da perda deve ser feito através de uma conta de provisão, sendo sua contrapartida no resultado. Como critério na análise, é levada em consideração a inadimplência do ativo, oriundos das Cédulas de Produto Rural Financeiros, e a suficiência das garantias atreladas à operação.

(iii) Passivo financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sob a abordagem simplificada.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas, e a experiência histórica da Companhia junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada (individualizada), e que também considera informações prospectivas (*forward-looking*) dos clientes.

Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os recebíveis da Companhia decorrem basicamente da carteira de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”), que terão vencimento máximo de até 156 meses, com prazo máximo de carência para início dos pagamentos das parcelas de 12 meses, contam com garantia de alienação fiduciária sobre equipamentos de sistema solar fotovoltaico, o devedor não poderá estar com parcelas em atraso há mais de 15 dias, entre outros critérios de elegibilidade para a aquisição desses ativos pela Companhia.

Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, a administração da Companhia possui uma equipe dedicada de gestão que avalia de forma individual, os critérios de elegibilidade contratuais, fatores que auxiliam a Companhia na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. São considerados inadimplentes pela Companhia apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia, por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (iv) quebras de cláusulas ou condições contratuais.

Desta forma, a Companhia usa uma matriz de provisão abaixo para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo, dado as características dos recebíveis. A matriz se baseia nas taxas históricas de inadimplência, que não são relevantes, dado a ausência de histórico junto aos clientes da Companhia, e que, quando a administração julgar necessário, é ajustada de acordo com uma estimativa prospectiva, que inclui os fatores acima descritos, para definição de recebível inadimplente.

Atraso	Provisão para perdas esperadas
Até 15 dias	0,00%
Entre 16 e 30 dias	2,00%
Entre 31 e 60 dias	6,00%
Entre 61 e 90 dias	20,00%
Acima de 90 dias	100,00%

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(i) Mensuração das perdas esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.5 Receita financeira

É formada pelo montante de rendimentos de aplicações financeiras, cuja destinação será a aquisição de novas CPR-Fs e para o pagamento das despesas, juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas entre outras) auferidas nos recebíveis.

Essas receitas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômico-financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

3.6 Despesa financeira

É formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apurada nas debêntures emitidas e integralizadas, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão.

Essas despesas são reconhecidas quando existe evidência convincente: (i) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; (ii) de que o valor da despesa possa ser mensurado de maneira confiável.

3.7 Resultado básico por ação

O cálculo básico do Resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido / (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

3.8 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do Valor Adicionado”.

3.9 Novas normas, alterações e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas relacionadas a seguir apresentaram alterações em sua redação que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023.

Essas alterações não resultaram em impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.
Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1)) e IFRS Practice statement 2: Divulgação de políticas contábeis	As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.
Alterações ao IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação	As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16	Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento);
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não-circulante;
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores;

- Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;

Reforma tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31.12.2022
Conta Corrente - Itaú	63	1
Aplicações Financeiras (a) - Itaú	673	425
Aplicações Financeiras (b) - Itaú	150	150
Total	886	576

- (a) São aplicações financeiras bancárias em CDB com rentabilidade apuradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 99%, com liquidez imediata. Foram classificadas como valor justo por meio do resultado.
- (b) Conforme escritura de emissão de Debêntures foi constituído Fundo de despesa com recursos recebidos de direitos creditórios, cujo valor mínimo é de R\$ 150 mil. O Fundo encontra-se aplicado em CDB com rentabilidade apurada com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 99%, com liquidez imediata.

5 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	16	46
Saldo negativo de IRPJ 2021 e 2022	47	-
Outros impostos	2	-
	65	46

6 Outros valores a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fee Servicing (a)	5	5
Agente Fiduciário (a)	15	15
Assessor Legal (a)	56	56
Agente de Liquidação (a)	18	18
Escrituração (a)	29	29
Taxa de Emissão (a)	200	200
Taxa de administração (a)	23	23
Honorários contábeis (a)	4	4
Publicação (a)	60	60
Consultoria (a)	2	2
Outras despesas (a)	26	26
Adiantamento de fornecedores	1	-
Total	<u>439</u>	<u>438</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores a receber – Curto Prazo	-	-
Outros valores a receber – Longo Prazo	439	438
Total	<u>439</u>	<u>438</u>

- (a) Refere-se ao custo de captação da operação e as despesas recorrentes que será reembolsado pela Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. conforme previsto em contrato, uma vez que a responsabilidade desses custos não é da Companhia e sim do cedente da operação.

7 Cédulas de Produto Rural Financeiras

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Em 18 de agosto de 2021, a Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. (“Solfácil Securitizadora”) aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, as condições da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, de sua 1ª emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total de R\$ 150.000. As CPR-Fs são emitidas por produtores rurais em benefício da Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. e são adquiridas pela Solfácil Securitizadora após a efetiva colocação, subscrição e integralização das debêntures. Até 31 de dezembro de 2022, foram adquiridas o valor total de R\$ 25.202 CPR-Fs, sendo em 2022 R\$ 18.979 e em 2021 R\$ 6.223. As CPR-Fs são remunerados por taxas distintas que em agregado e considerada a aquisição pro forma, devem projetar fluxos financeiros com uma taxa interna de retorno (“TIR”) de (i) IPCA + 13% para as CPR-Fs pós-fixadas ou (ii) 15% para as pré-fixadas, o prazo médio ponderado de vencimento das CPR-Fs é de 85 meses. As CPR-Fs contam com garantia de Alienação fiduciária de Equipamentos de Sistema Solar Fotovoltaicos. A Cédula de Produto Rural Financeiros é classificada como custo amortizado.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cédula de produto Rural Financeiros – Curto Prazo	6.122	5.249
Cédula de produto Rural Financeiros – Longo Prazo	16.449	20.150
Total	<u>22.571</u>	<u>25.399</u>

A Vencer por prazo de vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Até 30 dias	511	438
De 31 a 60 dias	510	438
De 61 a 90 dias	510	437
De 91 a 120 dias	510	437
De 121 a 150 dias	510	437
De 151 a 180 dias	510	437
De 181 a 360 dias	3.061	2.625
Acima de 361 dias	16.449	20.150
Total	<u>22.571</u>	<u>25.399</u>

Vencidos

	31/12/2023	31/12/2022
Até 30 dias	-	29
De 31 a 60 dias	-	16
De 61 a 90 dias	-	9
De 91 a 120 dias	146	-
De 121 a 150 dias	49	7
De 151 a 180 dias	40	-
De 181 a 360 dias	137	8
Acima de 361 dias	40	-
Total	<u>412</u>	<u>69</u>

A Vencer

	31/12/2023	31/12/2022
Até 30 dias	511	438
De 31 a 60 dias	510	438
De 61 a 90 dias	510	437
De 91 a 120 dias	510	437
De 121 a 150 dias	510	437
De 151 a 180 dias	510	437
De 181 a 360 dias	2.649	2.556
Acima de 361 dias	16.449	20.150
Total	<u>22.159</u>	<u>25.330</u>

Movimentação da Cédula de Produto Rural Financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	25.399	6.111
(+) Valor da Emissão	-	18.979
(-) Recebimento de CPR-Fs	(7.508)	(2.738)
(+) Fundo	-	730
(+) Atualização	4.680	2.317
Total	<u>22.571</u>	<u>25.399</u>

8 Provisão estimada de perdas

Dias de Atraso	31/12/2023	31/12/2022
Entre 16 e 30 dias	(21)	(2)
Entre 31 e 60 dias	(45)	(20)
Entre 61 e 90 dias	(37)	(24)
Acima de 90 dias	(1.281)	(141)
TOTAL	(1.384)	(187)

Movimentação da provisão estimada de perdas

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(187)	-
(-) Constituição de Provisão	(1.197)	(187)
Saldo Final	(1.384)	(187)

9 Debêntures

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A emissão de debêntures possui o valor total de R\$ 150.000, distribuídas em 4 séries, sendo o volume de cada uma delas: série 1 R\$112.500, série 2 R\$ 22.500, série 3 R\$ 11.250 e série 4 R\$ 3.750. Em 18 de agosto de 2021 a Companhia firmou contrato para a 1ª emissão de debêntures, em 4 séries, com Garantia Real: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios presentes e futuros decorrentes de Cédulas de Produto Rural Financeiras (“CPR-Fs”) e a Alienação Fiduciária de Ações da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A. O valor total emissão de debêntures é de R\$ 150.000, porém até 31 de dezembro de 2023 apenas o valor de R\$ 25.897 foi integralizado, sendo em 2022 R\$ 18.706 e em 2021 R\$ 7.191. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão mensalmente a partir de agosto de 2022. A debênture possui vencimento previsto para 20 de agosto de 2029. A Debênture é classificada como custo amortizado.

	Juros remuneratório	31/12/2023	31/12/2022
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	3.478	3.706
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	967	899
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	598	201
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	519	230
	Total Curto Prazo	5.562	5.036
	Juros remuneratório	31/12/2023	31/12/2022
Série 1	IPCA + 6.7500% a.a.	11.714	14.513
Série 2	IPCA + 9.2500% a.a.	2.954	3.158
Série 3	IPCA + 11.2500% a.a.	1.703	1.777
Série 4	IPCA + 11.2500% a.a.	1.473	2.032
	Total Longo Prazo	17.844	21.480
	Total Debêntures	23.406	26.516

A Vencer por prazo de vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Até 30 dias	492	451
De 31 a 60 dias	478	455
De 61 a 90 dias	475	412
De 91 a 120 dias	481	424
De 121 a 150 dias	470	420
De 151 a 180 dias	460	422
De 181 a 360 dias	2.706	2.452
Acima de 361 dias	17.844	21.480
Total	<u>23.406</u>	<u>26.516</u>

Movimentação da Debênture

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial		7.524
	26.516	
(+) Valor da Série 1	-	13.379
(+) Valor da Série 2	-	2.680
(+) Valor da Série 3	-	1.264
(+) Valor da Série 4	-	1.383
(-) Pagamento Debêntures	(6.737)	(2.165)
(+) Atualização	3.627	2.452
Ajuste	-	(1)
Total	<u>23.406</u>	<u>26.516</u>

Conforme o Instrumento de Escritura da Emissão de Debêntures os direitos creditórios recebidos seguem a ordem prevista no item 3.8 cascata de pagamentos, no qual considera em primeiro lugar o pagamento das despesas previstas e a manutenção do fundo de despesa. Na operação também está prevista o descasamento entre a receita de juros relativa à atualização das CPR-Fs e a despesa de juros relativa à atualização das Debentures. Com isso, o resultado apurado no exercício (Lucro/Prejuízo) é atribuído ao saldo a pagar de debêntures.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o resultado atribuído ao debenturista foi um prejuízo de R\$ 1.077 (R\$ 642 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 435 mil referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

A Administração acompanha e monitora os covenants previstos no Instrumento de Escritura de Debêntures. Ocorrendo qualquer um dos eventos de vencimento antecipado automático previstos, as obrigações decorrentes das debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo agente fiduciário. Segue abaixo breve descrição dos eventos de vencimento antecipado automático:

(i) Qualquer obrigação pecuniária relacionada as debêntures que não sejam cumpridas pela Companhia e sanadas no prazo de 2 dias úteis contado de seu vencimento;

- (ii) pedido de recuperação judicial, independente de deferimento, ou submissão de qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (iv) redução de capital social da Companhia sem observância do disposto no parágrafo 30 do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) participação da Companhia em outras operações financeiras, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional, exceto no caso de outras emissões de debêntures da Companhia, as quais deverão ser previamente aprovadas pelos debenturistas;
- (vi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão terceiros, pela Companhia das obrigações assumidas na Escritura de debêntures sem previa anuência dos debenturistas;
- (vii) transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220, 222, da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) aplicação dos recursos oriundos das debêntures em destinação diversa da descrita na cláusula 3.5 da Escritura de Debêntures ou em atividades que não estejam em conformidade com Legislação Socioambiental;
- (ix) se a Escritura de debêntures, Contrato Operacional, contrato de promessa de cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis celebrado entre Companhia e a Solfácil Energia (“Contrato de Endosso”), os Contratos de Garantia ou qualquer de suas disposições, forem declarados inválidos, nulos ou inexequíveis, por decisão judicial transitada em julgado, observado que, para se caracterizar o vencimento antecipado aqui previsto, em relação às debêntures, a invalidade, nulidade ou inexequibilidade deverá se referir a disposições relevantes, em particular as que digam respeito: (a) à existência, validade e eficácia das debêntures, seu valor, seu prazo de vencimento, sua remuneração e qualquer valor devido aos debenturistas; e (b) às disposições desta cláusula 5;

(x) rescisão do Contrato Operacional, sem contratação, em até 45 dias, contados do recebimento da respectiva notificação de rescisão por qualquer uma das partes, de novo prestador de serviços de consultoria, cobrança extrajudicial e judicial e administração dos direitos creditórios vinculados, que deverá ser previamente aprovado em assembleia geral de debenturistas;

(xi) contratação de empréstimos, mútuos ou financiamentos pela Companhia sem previa aprovação das debenturistas;

(xii) descumprimento, pela Solfácil Energia, de qualquer obrigação prevista no Contrato Operacional ou no Contrato de Endosso;

(xiii) recebimento de pagamentos em contas de titularidade da Solfácil Energia, na qualidade de cedente das CPR-Fs, sem devido repasse para a Companhia no prazo estipulado no Contrato de Endosso.

10 Contas a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores a pagar	93	37
Outros adiantamentos	2	-
	<u>95</u>	<u>37</u>

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é de R\$ 1 e está representado por 1.000 ações totalmente integralizadas.

12 Outras Receitas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado Atribuído aos Debenturistas	642	187
Encerramento do Exercício	(572)	1
Total	<u>70</u>	<u>188</u>

13 Resultado financeiro

	01/01/2023 à 31/12/2023	01/01/2022 à 31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	79	150
Receita dos juros de atualização da CPR-Fs	4.680	2.317
Receita de atualização Selic	7	-
	<u>4.766</u>	<u>2.467</u>
Despesas Financeiras		
Outras despesas	(12)	(17)
Despesa com juros de atualização de debêntures	(3.627)	(2.451)
	<u>(3.639)</u>	<u>(2.468)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>1.127</u>	<u>(1)</u>

14 Instrumentos financeiros

Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Técnicas de avaliação de valor justo e inputs significativos não observáveis

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e Equivalentes de Caixa	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Nível 2	886	886	576	576
Cédula de Produto Rural Financeiros	Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	22.571	22.571	24.258	24.258
			23.457	23.457	24.834	24.834
Passivo financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a Pagar	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	95	95	37	37
Debêntures	Passivos financeiros mensurado pelo custo amortizado	Nível 2	23.406	23.406	26.516	26.516
			23.501	23.501	26.553	26.553

15 Gerenciamento de riscos

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das CPR-Fs.

Conforme nota explicativa nº 3.3, a Companhia possui uma matriz de provisão para perdas esperadas para fazer frente a inadimplência da sua carteira de CPR-Fs, além das garantias à disposição da emissora das CPR-Fs para os casos em que todas as tentativas de cobrança foram esgotadas. Ainda, a remuneração das debêntures emitidas pela Companhia tem como lastro os recebíveis oriundos da carteira de CPR-Fs, ou seja, os recursos recebidos com o pagamento das CPR-Fs são utilizados para remunerar os debenturistas, logo, o inadimplemento das CPR-Fs ensejará no inadimplemento para com os debenturistas, em último caso, a carteira de recebíveis, bem como as suas garantias serão entregues aos debenturistas. Desta forma, a administração da Companhia entende os dispositivos de elegibilidade, garantias e critérios de provisionamento são fatores mitigadores desses riscos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 12 meses. O índice de liquidez imediata era de 0,15 em 31 de dezembro de 2023.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de aumento ou redução nos saldos dos instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

Análise da administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em março de 2024 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI					
Caixa e equivalentes de caixa			9,14%	6,85%	4,57%
Diminuição da taxa do IPCA					
Títulos e valores mobiliários			3,61%	2,71%	1,80%
Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	81	61	40
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Cédulas de Produto Rural Financeiras	814	611	407
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Debêntures	844	633	422

16 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *

Fábio Roberto Benvindo
 CRC 1SP255684/O-3

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, Portador da Cédula de Identidade RG nº 50.941.829-6, (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 021.590.957-70, na qualidade de procurador da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de maio de 2024

MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA

DECLARAÇÃO

Eu, EDUARDO TRAJBER WAISBICH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.599.267-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 354.775.038-58, na qualidade de diretor da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 16 de março de 2022 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de maio de 2024

EDUARDO TRAJBER WAISBICH

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.941.829-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 021.590.957-70, na qualidade de diretor da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 17 de maio de 2024

MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA

DECLARAÇÃO

Eu, THIAGO FARIA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.366.436-8 (DIC/RJ) e inscrito no CPF/ME sob o nº 137.685.467-80, na qualidade de procurador da Solfácil Securitizadora de Créditos do Agronegócio S.A, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 43.102.277/0001-38, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 17 de maio de 2024

THIAGO FARIA SILVEIRA



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: AFJQP-UXAFV-NV422-YASM6

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Marcelo Leitão da Silveira (CPF 021.590.957-70)

Thiago Faria Silveira (CPF 137.685.467-80)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/AFJQP-UXAFV-NV422-YASM6>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>